

Demonstrações Financeiras

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com a diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. Yuhara', is written over the printed name and title.

Maurício Mitio Yuhara
Contador CRC SP-260523/O

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.509	2
Títulos e valores mobiliários	6	12.690	3.521
Contas a receber	7	1.469	1.617
Tributos a recuperar	8	264	276
Partes relacionadas	13	2	-
Outros ativos	9	105	116
Total do ativo circulante		16.039	5.532
Não circulante			
Partes relacionadas	13	-	4.421
Imobilizado	10	1.071	1.313
Intangível	11	90.508	82.572
Ativo de direito de uso	12	2.333	-
Total do ativo não circulante		93.912	88.306
Total do ativo		109.951	93.838
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	438	-
Debêntures	15	2.262	-
Cessão de recebíveis imobiliários	16	-	5.708
Fornecedores	17	156	1.303
Tributos e contribuições a recolher	19	542	804
Salários e encargos a recolher	18	685	622
Compromissos com o poder concedente	20	685	1.485
Partes relacionadas	13	-	30
Outras contas a pagar		165	8
Total do passivo circulante		4.932	9.960
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	2.006	-
Debêntures	15	73.339	-
Cessão de recebíveis imobiliários	16	-	47.658
Tributos e contribuições a recolher	19	150	479
Impostos diferidos	19	4.794	3.495
Provisão para demandas judiciais	21	100	299
Partes relacionadas	13	1.305	3.614
Dividendos a pagar	13	3.026	3.025
Compromissos com o poder concedente	20	8.616	9.301
Total do passivo não circulante		93.337	67.871
Patrimônio líquido			
Capital social	22.a	8.000	8.000
(-) Capital a integralizar	22.a	(4.000)	(4.000)
Reserva legal	22.b	732	732
Reserva de incentivos fiscais	22.c	1.645	1.645
Reserva de lucros	-	5.305	9.630
		11.682	16.007
Total do passivo e patrimônio líquido		109.951	93.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	23	29.315	22.211
Custo dos serviços prestados	24	(21.672)	(14.465)
Lucro bruto		7.643	7.746
Despesas gerais e administrativas	25	(383)	(215)
Outras receitas/despesas líquidas		958	258
Lucro operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		8.218	7.789
Receitas financeiras	26	706	267
Despesas financeiras	26	(11.950)	(1.049)
		(11.244)	(782)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.026)	7.007
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		-	-
Diferidos	19	(1.299)	(2.692)
		(1.299)	(2.692)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(4.325)	4.315
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)		(0,37)	0,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(4.325)	4.315
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(4.325)	4.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		8.000	(4.000)	516	1.645	6.556	12.717
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.315	4.315
Destinação para reserva legal	22.b	-	-	216	-	(216)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.c	-	-	-	-	(1.025)	(1.025)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		8.000	(4.000)	732	1.645	9.630	16.007
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(4.325)	(4.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		8.000	(4.000)	732	1.645	5.305	11.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.026)	7.007
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	3.947	2.454
Provisão para demandas judiciais	(199)	296
Amortização de custas do CRI	4.613	398
Apropriação de juros sobre arrendamento	94	-
Baixa de intangível	(15)	51
Provisão para perdas de crédito esperadas	554	(103)
	5.968	10.103
Decréscimo/(acrécimo) em ativos:		
Clientes	(406)	(131)
Tributos a recuperar	12	424
Outros ativos	11	225
(Decréscimo)/acrécimo em passivos:		
Fornecedores e compromissos com poder concedente	(2.632)	(3.284)
Salários e encargos a recolher	63	(11)
Impostos pagos no exercício	-	(49)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(590)	(1.038)
Outras contas a pagar	157	(339)
	2.583	5.900
Juros pagos sobre CRI e debêntures	(3.076)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(493)	5.900
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(9.169)	(577)
Aquisição de intangível	(9.315)	(16.970)
Aquisição de imobilizado	(9)	(10)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18.493)	(17.557)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de CRI	(49.553)	(2.450)
Amortização de debêntures	(5.348)	-
Captação de debêntures	74.028	-
Custas de captação de CRI e Debentures	(712)	-
Partes relacionadas	2.080	3.627
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	20.493	1.177
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.507	(10.480)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	10.482
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.509	2
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.507	(10.480)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A SPE Concessionária do Aeroporto da Ilhéus S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede na Cidade de Ilhéus, na Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, s/n, localizada no Município de Ilhéus no Estado da Bahia.

A Companhia tem como objeto social a concessão dos serviços públicos para ampliação, gestão e manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Ilhéus, suas áreas e serviços à título de execução indireta. O prazo da concessão patrocinada é de 30 anos com início a partir da data de eficácia em 03 de novembro de 2018.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas e diretores em 10 de abril de 2026.

1.1 Reconciliação do capital circulante líquido

A Administração efetuou a avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração destas informações anuais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o capital circulante líquido positivo de R\$4.953 (R\$4.428 negativo em 31 de dezembro de 2024). A Companhia avaliou seus fluxos de caixa futuros e está convicta que nos próximos exercícios, haverá evolução positiva em seu capital circulante líquido.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("Moeda funcional").

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; ou (ii) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis e instrumentos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação:

- Passivos financeiros

São classificados como custo amortizado. A classificação desses passivos financeiros é determinada em seu reconhecimento inicial.

São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e débitos com partes relacionadas. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. As despesas com juros desses empréstimos e financiamentos, são reconhecidas no resultado, em despesas financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial à valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Para a conclusão dessa demonstração financeira não houve impacto dos ativos e na necessidade de constituição de uma provisão para perda nos ativos, visto que a Companhia somente iniciou as suas operações de forma efetiva no mês de novembro de 2019. Ademais, o intangível possui vida útil definida e não há imobilizado que fizesse com que houvesse a necessidade de análise da vida útil.

ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, ademais o total do ativo intangível em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 90.508 e está apresentado na Nota Explicativa nº 11.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente "AVP" de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Caixas e equivalentes de caixa

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

f) Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado ou pela venda de mercadoria no decurso normal das atividades da Companhia, sendo classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente deduzidas de provisão para perdas de crédito esperadas, uma provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou recuperação judicial e falta de pagamento ou inadimplência são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis

g) Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. São classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

h) Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

<u>Data efetiva</u>	<u>Novas normas ou alterações</u>
1º de janeiro de 2025	Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
1º de janeiro de 2025	Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

j) Normas emitidas, mas não vigentes

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A Empresa está avaliando os possíveis impactos e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

<u>Data efetiva</u>	<u>Normas emitidas, mas não vigentes</u>
1º de janeiro de 2027	<i>IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:</i> Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades conexas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

j) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

<u>Data efetiva</u>	<u>Normas emitidas, mas não vigentes</u>
1° de janeiro de 2027	<p><i>IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:</i></p> <p>Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p>
1° de janeiro de 2026	<p><i>Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:</i></p> <p>Em maio de 2024, o <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – <i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments</i> (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.</p>
1° de janeiro de 2026	<p><i>Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:</i></p> <p>Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1° de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada.</p>

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

j) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

<u>Data efetiva</u>	<u>Normas emitidas, mas não vigentes</u>
1º de janeiro de 2026	<p><i>Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais</i></p> <p>Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:</p> <ul style="list-style-type: none">• Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.• Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.• Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. <p>As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.</p> <p>Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.</p>

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A Administração da Companhia estabelece estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Ademais, no contrato é previsto que quando ocorrido a extinção da concessão, todos os ativos retornem para o poder concedente automaticamente, visto que são denominados bens reversíveis. Essa determinação é prevista no contrato de concessão os ativos são: (i) máquinas e equipamentos, tais como escadas para embarques e desembarques; (ii) outras instalações; e (iii) direito de uso dos espaços dos aeroportos.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Assim, o valor justo dos contratos das concessões é mensurado no reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Maiores detalhes, veja por favor a Nota Explicativa nº 11.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão e valor remanescente a receber

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão, pois 100% dos ativos serão retornados.

Não é prevista nenhuma remuneração na extinção do contrato de concessão da exploração da infraestrutura razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos--Continuação

Subsequentemente, estes efeitos são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. Até 31 de dezembro de 2025 e 2024 não havia nenhum passivo não registrado na Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	1	1
Bancos	2	1
Aplicação automática (a)	1.506	-
	<u>1.509</u>	<u>2</u>

(a) A Companhia possui aplicação financeira, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 98% a 100% do CDI, a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 98% a 100% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações financeiras (a)	12.690	3.521
	<u>12.690</u>	<u>3.521</u>

(a) Referem-se a aplicações financeiras de renda fixa, remuneradas às taxas próximas a variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e estão vinculadas ao contrato de Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI).

7. Contas a receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Locações a receber	1.463	1.178
Tarifas aeroportuárias	827	706
	<u>2.290</u>	<u>1.884</u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")	(821)	(267)
	<u>1.469</u>	<u>1.617</u>

A abertura do contas a receber de clientes por idade (*aging list*) pode ser assim demonstrada:

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber--Continuação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	1.423	1.475
Vencidos		
Até 30 dias	118	49
De 31 a 90 dias	223	33
De 91 a 180 dias	50	130
De 181 a 360 dias	141	48
Acima de 361 dias	335	149
	<u>2.290</u>	<u>1.884</u>

Abaixo demonstramos o movimento nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa sobre contas a receber e ativos de contrato:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Em 1 de janeiro	(267)	(370)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(617)	(25)
Reversão das perdas de crédito esperadas	63	128
Em 31 de dezembro	<u>(821)</u>	<u>(267)</u>

8. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ a compensar	103	-
CSLL a compensar	130	49
IRRF S/ aplicações financeiras	31	41
CSLL saldo negativo	-	186
	<u>264</u>	<u>276</u>

9. Outros créditos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamento a empregados	10	5
Adiantamento a fornecedores	-	36
Cauções	14	14
Seguros	62	61
IPTU/IPVA a apropriar	19	-
	<u>105</u>	<u>116</u>

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	% - Taxa de depreciação	2025		2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	1.793	(850)	943	1.100
Equipamento de informática	10	469	(384)	85	159
Móveis e utensílios	20	115	(72)	43	54
Veículos	20	249	(249)	-	-
		2.626	(1.555)	1.071	1.313

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.313	1.623
(+) Adições	9	10
(-) Baixas	-	(51)
(-) Depreciação	(251)	(269)
Saldo final	1.071	1.313

11. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os principais valores registrados no momento da emissão dessa demonstração financeira são:

- Contrato de concessão no montante de R\$32.101 o qual será amortizado em 30 anos conforme contrato de concessão efetivado até 3 de novembro de 2048.

Todos os valores são definidos em contratos e não há cláusulas restritivas para eles.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível -- continuação

	Taxas médias anuais de amortização %	31/12/2024	Adições	Transferência	Baixas	31/12/2025
Custos						
Softwares	10	52	-	-	-	52
Outorga contratual (*)	3	32.102	-	-	-	32.102
(-) AVP sobre outorga contratual		(9.316)	-	-	15	(9.301)
Construção em andamento (**)		1.610	7.410	(1.610)	-	7.410
Encargos financeiros – obras (juros pagos) (***)		7.748	1.258	(9.006)	-	-
Encargos financeiros – obras atualização monetária (***)		2.532	2.885	(3.132)	-	2.285
Benfeitorias		55.596	47	1.488	-	57.131
Benfeitorias – Encargos financeiros		-	-	12.139	-	12.139
Máquinas e equipamentos		-	-	69	-	69
Equipamento de informática		-	-	52	-	52
Total custos		90.324	11.600	-	15	101.939
Amortização						
Softwares		(47)	(6)	-	-	(53)
Outorga contratual		(7.705)	(3.335)	-	-	(11.040)
Encargos financeiros		-	(323)	-	-	(323)
Máquinas e equipamentos		-	(9)	-	-	(9)
Equipamento de informática		-	(6)	-	-	(6)
Total amortização		(7.752)	(3.679)	-	-	(11.431)
Total líquido		82.572	7.921	-	15	90.508

	Taxas médias anuais de amortização %	31/12/2023	Adições	Transferência	Baixas	31/12/2024
Custos						
Softwares	10	52	-	-	-	52
Outorga contratual (*)	3	32.102	-	-	-	32.102
(-) AVP sobre outorga contratual		(9.316)	-	-	-	(9.316)
Construção em andamento (**)		45.621	11.585	(55.596)	-	1.610
Encargos financeiros – obras (juros pagos) (***)		2.364	5.384	-	-	7.748
Encargos financeiros – obras atualização monetária (***)		-	2.532	-	-	2.532
Benfeitorias		-	-	55.596	-	55.596
Total custos		70.823	19.501	-	-	90.324
Amortização						
Softwares		(37)	(10)	-	-	(47)
Outorga contratual		(5.529)	(2.176)	-	-	(7.705)
Total amortização		(5.566)	(2.186)	-	-	(7.752)
Total líquido		65.257	17.315	-	-	82.572

(*) A amortização dos ativos intangíveis é registrada conforme interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e são amortizados pelo método linear. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2023 é de 3,333%.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

(**) Os gastos com construção, visam à ampliação e adequação à infraestrutura aeroportuárias para oferecer maior comodidade e melhoria nos serviços aos usuários.

(***) Os juros sobre empréstimos são registrados conforme interpretação técnica CPC 20 e serão capitalizados como parte da obra até a entrega total da Obra.

12. Ativo de direito de uso

	% - Taxa de depreciação	2025		2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Edifícios e construções	10	139	(139)	-	-
Máquinas e equipamentos	10	2.391	(58)	2.333	-
Veículos	20	39	(39)	-	-
		2.569	(236)	2.333	-

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	-	-
(+) Adições	2.350	-
(-) Depreciação	(17)	-
Saldo final	2.333	-

13. Partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Socicam Administração, Proj. e Repr. S.A.	-	4.421
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	2	-
	2	4.421
Circulante	2	-
Não circulante	-	4.421

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo		
Reembolso de despesas a pagar		
Socicam Administração, Proj. e Repr. S.A.	-	30
Intercompany		
Socicam Administração, Proj. e Repr. S.A.	-	3.614
Conexão XAP Ilhéus S.A.	1.305	-
Dividendos a pagar		
Socicam Administração, Proj. e Repr. S.A. (a)	3.026	3.025
	<u>4.331</u>	<u>6.669</u>
Circulante	-	30
Não circulante	4.331	6.639

(a) Representado por operações de crédito em conta corrente com os sócios, sem data de vencimento determinada e sem encargos financeiros e reembolso de despesas a pagar.

14. Empréstimos

a) Abertura dos saldos contábeis por modalidade

<u>Instituição financeira</u>	<u>Modalidade/ finalidade</u>	<u>Correção /índices</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Banco do Brasil	Leasing	4,907% a.a.+ CDI	2.444	-
			<u>2.444</u>	-
Circulante			438	-
Não circulante			2.006	-

b) Empréstimos e financiamentos por ano de vencimento

<u>Ano</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
2026	438	-
2027	751	-
2028	751	-
2029	504	-
	<u>2.444</u>	-

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos--Continuação

c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	-	-
(+) Novos contratos	2.350	-
(+) Encargos financeiros s/ emprést. e financiamentos	94	-
Saldo final	2.444	-

d) Característica do empréstimo (*leasing*)

Captação de *leasing* financeiro através do Banco do Brasil, fornecedor CASSIOLI BRASIL LTDA., referente aos bens elevadores/transportes de carga, 42 parcelas com início de desembolso em 10/06/2026.

15. Debêntures

<u>Emissão/série</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Taxa de juros anuais</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
3ª Emissão de Debêntures	15/09/2025	15/03/2044	10,40% + IPCA	76.313	-
(-) Custas de transação – CPC 08				(712)	-
				75.601	-
			Circulante	2.262	-
			Não Circulante	73.339	-

Movimentação das Cessões de recebíveis imobiliários:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldos em 1º de janeiro	-	-
(+) Novos contratos	74.028	-
(-) Custos de transação das novas captações	(712)	-
(+) Encargos financeiros s/ empréstimos e financiamento (nota 11)	2.285	-
	75.601	-

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Debêntures--Continuação

Aging list das parcelas à vencer por ano:

A tabela a seguir apresenta o cronograma de vencimentos das debêntures existentes em 31 de dezembro de 2025:

<u>Ano</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
2026	2.313	-
2027	1.399	-
2028	1.732	-
2029	552	-
A partir de 2030	70.317	-
	<u>76.313</u>	<u>-</u>

Características das emissões de Debêntures:

3ª emissão de Debêntures - SPE Ilhéus S/A:

Em 30 de setembro de 2025 a Companhia SPE Ilhéus S/A celebrou com a Oliveira Trust Securitizadora S.A. ("Securitizadora") o "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, Com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Colocação Privada, da SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A." ("Escritura da 3ª Emissão de Debêntures"), conforme aditada em 23 de setembro de 2025, por meio do qual a Companhia emitiu 74.000 (setenta e quatro mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, de sua 3ª emissão. A 3ª emissão possui vencimentos mensais a partir de 15 de março de 2026 até 15 de março de 2044.

Para fins de comprovação do ICSD que deverá ser, a qualquer tempo, igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos por cento), a Emissora deverá: (a) (b) em até 115 (cento e quinze) dias da Data de Cálculo 1, apresentar ao Agente Fiduciário a memória de cálculo do ICSD com base na metodologia de cálculo prevista no Anexo II desta Escritura de Emissão, observado que: 1) o cálculo do ICSD, em cada Data de Cálculo 1, será apurado com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora, auditadas por Auditor Independente Autorizado, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas do relatório da administração e do parecer do Auditor Independente Autorizado, e terá como base os 12 (doze) meses imediatamente anteriores a Data de Cálculo 1 em questão.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Cessão de recebíveis imobiliários

A Companhia captou recursos financeiros por meio da Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI) para aplicação dos recursos nas obras de melhoria do Aeroporto de Ilhéus e por meio da emissão de debêntures para reforço de caixa e estão apresentados a seguir:

Emissão/série	Data de emissão	Data de vencimento	Taxa de juros anuais	31/12/2025	31/12/2024
194ª Emissão – serie 1	01/08/2023	31/07/2035	10,50% + IPCA	-	52.271
2ª Emissão	29/08/2023	29/08/2035	10,50% + IPCA	-	5.708
(-) Custas de transação – CPC 08				-	(4.613)
				-	53.366
			Circulante	-	5.708
			Não Circulante	-	47.658

Movimentação das Cessões de recebíveis imobiliários:

	31/12/2025	31/12/2024
SalDOS em 1º de janeiro	53.366	57.499
(-) Reclassificação das custas de CRI	-	(4.613)
(-) Liquidação do cri 194ª Emissão – serie 1	(49.555)	-
(-) Liquidação da 2ª emissão de debentures	(5.348)	-
(-) Juros pagos	(3.076)	-
(+) Amortização das custas	4.613	398
(-) Amortização do principal	-	(2.450)
(+) Encargos financeiros s/ empréstimos e financiamento	-	2.532
	-	53.366

Aging list das parcelas à vencer por ano:

	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	5.708
2026	-	5.025
2027	-	5.025
2028	-	5.025
2029	-	5.025
2030 à 2035	-	27.558
	-	53.366

Em 28 de julho de 2023 a Companhia celebrou com a True Securitizadora S.A. (“Securitizadora”) o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, Com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Colocação Privada, da SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.” (“Escritura da 1ª Emissão de Debêntures”), conforme aditada em 11 de agosto de 2023, por meio do qual a Companhia emitiu 51.000 (cinquenta e um mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, de sua 1ª emissão.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Cessão de recebíveis imobiliários--Continuação

Após a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures pela Securitizadora, esta será a única titular das Debêntures, passando a ser credora de todas as obrigações, principais e acessórias, devidas pela Emissora, no âmbito da Escritura de Emissão de Debêntures.

A emissão das Debêntures insere-se no contexto de uma operação de securitização de recebíveis imobiliários que resultará na emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários objeto da 194ª emissão da Securitizadora em série única ("CRI") em relação aos quais as Debêntures serão vinculadas como lastro ("Operação de Securitização"), por meio da celebração do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 194ª Emissão, em Série Única, da True Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.", celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário, em 28 de julho de 2023, conforme aditada em 11 de agosto de 2023 ("Termo de Securitização").

Em 24 de agosto de 2023, a Companhia celebrou com o Agente Fiduciário o "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, Com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Colocação Privada, da SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A." ("Escritura da 2ª Emissão de Debêntures"), por meio do qual a Emissora emitiu 6.000 (seis mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, de sua 2ª emissão

Cláusula de Covenants:

Nos contratos estão previstas diversas cláusulas de vencimento antecipado ("*covenants*") que não são atreladas a indicadores financeiros, além de uma cláusula relacionada ao cumprimento de determinados índices e indicadores financeiros da FMFS Participações e Empreendimentos Ltda., ("FMFS") acionista controlador da Companhia, a qual apresentamos a seguir:

- a) Não observância, pela FMFS, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 até a Data de Vencimento, dos seguintes índices financeiros ("Índices Financeiros"), calculados anualmente de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, ao término de cada exercício social, apurados a partir das demonstrações financeiras da FMFS auditadas e apresentadas ao Agente Fiduciário no prazo de 120 dias contados da data de término de cada exercício social. Os Índices Financeiros aqui mencionados serão calculados levando-se em conta os resultados consolidados auditados da FMFS.
 - Razão entre "Dívida Líquida/EBITDA" sendo menor ou igual a: (a) 4,00 (quatro inteiros) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (b) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (c) 3,10 (três inteiros e dez centésimos) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento;

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Cessão de recebíveis imobiliários--Continuação

Cláusula de Covenants--Continuação

- Dívida Bruta menor ou igual (a) R\$ 630.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (b) R\$ 570.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (c) R\$ 450.000 para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a data de Vencimento.

A Companhia em janeiro de 2024, assinou aditivo contratual com os detentores do CRI onde foi excluída do contrato a obrigação relacionada ao *covenants* da dívida bruta total. De forma que não é mais requerido dentro do exercício o cumprimento dessa obrigação.

A Companhia calculou os índices dos *Covenants* Consolidados da FMFS Participações e Empreendimentos Ltda., ("FMFS"), utilizando números preliminares não auditados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e concluiu que os índices foram atingidos e cumpridos. Adicionalmente não são esperados desvios significativos nos valores usados no cálculo dos *Covenants* da FMFS.

17. Fornecedores

O saldo refere-se substancialmente a compra de materiais e serviços destinados à operação da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços	156	1.303
	156	1.303

18. Salários e encargos a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e ordenados a pagar	176	157
INSS a recolher	78	74
FGTS a recolher	26	24
IRRF a recolher	20	15
Outros	385	352
	685	622

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 67 colaboradores (66 colaboradores em 2024).

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Tributos e contribuições a recolher – corrente e diferido

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	57	84
Imposto sobre serviço - ISS	72	64
Parcelamento de impostos federais	407	1.100
Parcelamento de impostos previdenciários	101	-
Impostos retidos na fonte - IRRF	55	35
	692	1.283
Circulante	542	804
Não circulante	150	479

A abertura dos impostos, taxas e contribuições a recolher por vencimento pode ser assim demonstrada:

	2027	2028	Total	Total
Não Circulante	115	35	150	150
	115	35	150	150

Impostos de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(3.026)	7.007
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquota vigentes	1.029	(2.382)
Efeito tributário sobre as principais adições e exclusões	(1)	(1)
Impostos diferidos não registrados	(2.327)	(309)
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	(1.299)	(2.692)
Alíquota efetiva	42%	38%

Impostos de renda e contribuição social diferido

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Tributos e contribuições a recolher – corrente e diferido--Continuação

Impostos de renda e contribuição social diferido--Continuação

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Encargos financeiros	3.821	7.916
Subtotal	3.821	7.916
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto diferido (resultado)	(1.299)	(2.692)

20. Compromisso com o poder concedente

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outorga de concessão	18.493	20.101
Ajuste a valor presente (AVP)	(9.192)	(9.315)
	9.301	10.786
Circulante	685	1.485
Não circulante	8.616	9.301

A outorga de concessão estabelecida no contrato de concessão no valor de R\$20.101 a ser pago a AGERBA (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia) em 25 parcelas iguais anuais corrigidas pelo mesmo índice e periodicidade das tarifas aeroportuárias sendo que a primeira vencerá 5 anos após a data do início do contrato. Não ocorreram correções nas tarifas vigentes durante o exercício. A base de cálculo para as obrigações com o poder concedente e os critérios utilizados para o Ajuste a Valor Presente (AVP) estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.d.

21. Provisões para demandas judiciais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contingência processos cíveis	100	299
	100	299

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem processos cíveis não registrados em suas provisões para demandas judiciais por estimar a probabilidade de perda como possível com base na avaliação de seus consultores jurídicos no montante de R\$81 (R\$84 em 2024).

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisões para demandas judiciais--Continuação

A Companhia figura como parte autora em processo judicial de natureza cível visando à recuperação do montante de R\$ 206. Considerando que, na data-base das demonstrações financeiras, a realização do ganho não é considerada praticamente certa, nenhum ativo foi reconhecido. Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, ativos contingentes são divulgados apenas em nota explicativa até que sua realização se torne praticamente certa.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é de R\$ 8.000, sendo que foi integralizado o montante de R\$ 4.000, e R\$4.000, ainda não foi integralizado pelos sócios. O capital social subscrito está representado por 8.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal no valor de R\$ 1 (valor expresso em Reais – R\$) cada, assim distribuído:

Sócios	Ações	Participação
Conexão XAP ILHÉUS S.A.	8.000	100%

b) Reserva legal

É constituída com base nos dispositivos legais no Art. 193 da Lei nº 6.404/76, sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

c) Reservas de Incentivos Fiscais – Subvenção Governamental

A Companhia goza de subvenção atrelada aos incentivos de IRPJ concedidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional – Superintendência do Desenvolvimento Da Amazonia (SUDAM) – Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais (SIEF) de acordo com o laudo constitutivo nº 112/2021.

Tais incentivos têm prazo de validade até 31/12/2030 por estarem na área de atuação da SUDAM para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrados em setores da economia considerados em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento do Nordeste, no qual terão direito a redução de até 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda e adicionais calculados pelo lucro da exploração.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido --Continuação

c) Reservas de Incentivos Fiscais – Subvenção Governamental--Continuação

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não obteve receita incentivada, portanto, não houve destinação para reserva de incentivos fiscais.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	(4.325)	4.315
(-) Reserva legal – 5%	-	(216)
(-) Reserva de incentivos fiscais	-	-
(=) Base de cálculo para os dividendos	-	4.099
Dividendos mínimos obrigatórios – 25 %	-	(1.025)

23. Receita líquida

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tarifas de embarque - AERO	13.990	14.105
Pouso	3.058	3.116
Permanência	437	392
Locações (a)	7.530	6.050
Controle de acesso aeroportuário	105	86
Receita bruta	25.120	23.749
Serviços cancelados	(14)	(69)
COFINS (7,60%)	(1.908)	(391)
PIS (1,65%)	(414)	(1.803)
ISS (2% a 5%)	(879)	(885)
Deduções da receita bruta	(3.215)	(3.148)
Receitas de construção	7.410	1.610
Receita líquida	29.315	22.211

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de pessoal	(4.841)	(4.353)
Prestadores de serviços	(3.162)	(2.800)
Serviços públicos	(1.470)	(1.451)
Manutenção, conservação e limpeza	(108)	(159)
Depreciação e amortização	(3.776)	(2.433)
Aluguéis	(134)	(537)
Seguros e fianças	(62)	(210)
Outros tributos, taxas e contribuições	(120)	(468)
(-) QMCL (quota de manutenção, conservação e limpeza)	18	17
Escritório e Informática operacionais	(35)	(81)
Veículos	(84)	(267)
Viagens e representações	(67)	(67)
Gastos com contratados – terceiros	(29)	(25)
Outras despesas gerais	(390)	(18)
Despesas não dedutíveis	(2)	(3)
Custo de construção	(7.410)	(1.610)
	<u>(21.672)</u>	<u>(14.465)</u>

25. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Jornais, revistas e anúncios	(28)	(22)
Contingências	(100)	(296)
Provisão créditos com liquidação duvidosa	(255)	103
	<u>(383)</u>	<u>(215)</u>

26. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	662	192
Juros recebidos	43	25
Outras receitas financeiras	1	50
	<u>706</u>	<u>267</u>
Despesas financeiras:		
Atualização monetária obrigações fiscais	(1.616)	(7)
Impostos e taxas sobre operações Financeiras	(3)	(613)
Descontos concedidos	(8)	(7)
Juros pagos (ii)	(3.768)	-
Outras despesas financeiras (i)	(6.555)	(422)
	<u>(11.950)</u>	<u>(1.049)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(11.244)</u>	<u>(782)</u>

(i) Referem-se, em grande parte, a valores decorrentes das operações das custas de CRI e debêntures e são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo do contrato, para o ano de 2025 obtivemos um reconhecimento de R\$4.641, devido ao encerramento de ambos os contratos de CRI e debêntures.

(ii) Os juros pagos e incorridos, basicamente compostos por valores de R\$3.076 da cessão de recebimentos imobiliários e debêntures encerrados em 2025.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

A SPE Ilhéus, administra seu capital, para assegurar que as entidades que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa remunerados à taxa média ponderada de até 98% do CDI.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

	Classificação	31/12/2025		31/12/2024	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativos					
Caixa e bancos (i)	Custo amortizado	1.509	1.509	2	2
	Valor justo por meio de				
Aplicações financeiras (i)	resultado	12.690	12.690	3.521	3.521
Clientes (ii)	Custo amortizado	1.470	1.470	1.617	1.617
Passivos					
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	156	156	1.303	1.303
Empréstimos (iii)	Custo amortizado	78.045	78.045	53.366	53.366

(i) Os saldos de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(ii) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(iii) Os empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros, cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento, conforme intenção da Administração.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras. Na Companhia as concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta Socicam Administração e Projetos S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

28. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros, cuja à cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma (i) seguro garantia R\$5.461, (ii) seguro outros R\$20.000 (iii) seguros materiais, patrimoniais e prediais R\$22.937.

29. Eventos subsequentes

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Membros da Administração

José Mario Lima de Freitas
Diretor Presidente

Alexander Cerqueira Silva
Diretor

Eduardo Buzam Júnior
Contador
CRC-1SP243887/O-3